MINISTÈRE
DES OUTRE-MER

Liberté
Égalité
Fraternité

FRANCE22
PRÉSIDENCE FRANÇAISE
DU CONSEIL DE L'UNION
EUROPÉENNE

Documento de posição comum aos três Estados-Membros e nove Regiões Ultraperiféricas

No âmbito da atualização da parceria estratégica da Comissão Europeia com as regiões ultraperiféricas e a adoção da comunicação para estas regiões

19 de janeiro de 2022

OS GOVERNOS DOS ESTADOS-MEMBROS DAS RUP:

COM A COLABORAÇÃO DOS GOVERNOS REGIONAIS, DAS COLETIVIDADES TERRITORIAIS E DOS CONSELHOS REGIONAIS E DEPARTAMENTAIS DAS RUP:

FRANCE22
PRÉSIDENCE FRANÇAISE DU CONSEIL DE L'UNION EUROPÉENNE

RESUMO

04 Palavra do Ministro francês dos Departamentos e Territórios Ultramarinos

06 Palavra do presidente da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas

08 Introdução

17 Agricultura/desenvolvimento rural

19 Economia azul/pesca

21 Emprego e coesão social/educação e mobilidade

23 Saúde

25 Conectividade digital

27 Transportes

29 Transição ecológica/Resíduos/Economia circular

31 Recuperação económica pós-COVID

33 Investigação e inovação

34 Auxílios estatais

36 Integração regional

37 Migrações

38 Assuntos institucionais

Palavra do Ministro francês dos Departamentos e Territórios Ultramarinos

Sob a bandeira da pertença, do poder e do relançamento, a Presidência francesa do Conselho da União Europeia, que teve início no dia 1 de janeiro de 2022, quis colocar as Regiões Ultraperiféricas (RUP) no centro do seu programa oficial e levar a bom termo os projetos e os textos relativos a estas regiões. As RUP são, de facto, territórios que respondem às ambições da França para a União Europeia. Paralelamente, a União Europeia tem uma responsabilidade na resposta aos desafios económicos, sociais e ecológicos enfrentados pelas RUP.

A pertença: as RUP são trunfos para favorecer um sentimento de pertença à União Europeia através dos oceanos e levar um imaginário europeu comum para além das fronteiras continentais. Para assegurar este sentimento de pertença, é crucial que a União Europeia, seja também um trunfo para as RUP, continuando a implementar uma política de coesão ambiciosa nestas regiões e adaptando as normas em todos os domínios onde tal seja necessário.

O poder: para assegurar a promoção dos valores e dos interesses do conjunto dos territórios num mundo cada vez mais concorrencial, a União Europeia deve permitir que as RUP modernizem as suas economias, facilitem a integração regional, reforcem a igualdade entre cada uma e realizem com sucesso a transição ecológica e digital. Espero que a ambição de uma Europa virada para o progresso, defendida pela França, se reflita também nas RUP.

O relançamento: a crise sanitária veio demonstrar a importância da União Europeia para garantir a proteção das populações e das economias. Mas também sublinhou as fragilidades e o isolamento das RUP. Num momento em que estas regiões e os seus habitantes enfrentam uma diversidade de catástrofes naturais, a redução do turismo ou desafios ambientais sem precedentes, a Presidência francesa do Conselho da União EconómicaEuropeia favorece o reforço económico destas regiões.

Assim, a Presidência francesa do Conselho da União Europeia acolhe muito favoravelmente a vontade da Comissão de renovar a sua estratégia para as

RUP. Partilha a visão de uma comunicação de futuro muito operacional, cujas propostas venham responder a estes desafios.

Espanha, França, Portugal e as respetivas regiões ultraperiféricas têm a aspiração de realizar um novo trabalho comum para identificar os obstáculos regulamentares e as lacunas das estratégias europeias que é preciso resolver e colmatar para acelerar o desenvolvimento sustentável destas regiões, aumentar as oportunidades para os seus habitantes e garantir a segurança de todos.

Estes intercâmbios inscrevem-se no quadro dos diferentes trabalhos de preparação levados a cabo em 2021 para facilitar o trabalho da Comissão na publicação de uma nova estratégia para as RUP em 2022: dos grupos de trabalho temáticos conduzidos pela unidade das RUP na DG REGIO à declaração final dos presidentes das RUP apresentada no dia 19 de novembro, nos Açores.

Este trabalho permite-nos apresentar, hoje, um documento comum às nove RUP e aos três Estados-Membros. Este documento é ambicioso e partilhado. Inserido num quadro estratégico, este documento é transversal a todos os domínios e permitirá transformar as regiões ultraperiféricas em laboratórios do futuro da Europa no horizonte 2030.

A Europa «de dimensão humana», ambicionada pelo Presidente da República Francesa, encontra toda a sua plena expressão nas regiões ultraperiféricas.

Boa leitura!

Sébastien LECORNU,
Ministro dos Departamentos e Territórios Ultramarinos

Palavra do presidente da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas

A Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, que reúne as nove Regiões Ultraperiféricas (RUP) europeias, trabalha desde há muitos anos na defesa dos interesses das nossas regiões, cujo estatuto está reconhecido no artigo 349.º do TFUE.

As limitações estruturais que se colocam aos territórios tornam necessária a adaptação das políticas europeias. Isto é a própria essência do artigo 349.º.

A futura estratégia de parceria entre a Comissão Europeia e as RUP constitui uma ocasião para implementar instrumentos eficazes ao serviço de uma melhor integração das RUP na ordem jurídica europeia. Estes instrumentos devem permitir que as RUP beneficiem do seu estatuto europeu e da pertença ao mercado interno, ao mesmo tempo que valorizam os seus trunfos, posições geoestratégicas e laços históricos e económicos nas respetivas bacias.

As RUP enfrentarão importantes desafios nos próximos anos. Preocupa-nos, em primeiro lugar, a implementação dos novos paradigmas da União Europeia para «uma União mais verde e mais digital». Os nossos territórios têm capacidade para se envolver plenamente nestas novas prioridades que deverão constituir as alavancas da reorientação dos nossos modelos de desenvolvimento a partir dos nossos trunfos. **Não poderemos concretizar estes ambiciosos objetivos sem uma verdadeira política de adaptação que considere as nossas necessidades, as nossas especificidades e o valor que acrescentamos à construção europeia.**

A presente posição comum entre os nossos nove territórios, Portugal, França e Espanha convida a Comissão Europeia a cumprir a sua ambição para a ultraperiferia, a economia azul, a luta contra as alterações climáticas e a valorização da biodiversidade. Deveremos dar continuidade a um trabalho concertado, a partir da nossa vontade comum de aplicar plenamente o artigo 349.º, nomeadamente no atual contexto marcado por uma pandemia sem precedentes.

A Martinica assegura a presidência da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, ao mesmo tempo que a França preside ao Conselho da União Europeia, no primeiro semestre de 2022. É uma oportunidade auspiciosa para trabalhar nas soluções adaptadas às nossas regiões, terras da Europa nas bacias Americana, das Caraíbas, do Atlântico e do Índico.

Aproveitemos esta oportunidade para, em conjunto, respondermos aos desafios dos nossos tempos.

Serge LETCHIMY

Introdução

As regiões ultraperiféricas (RUP) são territórios que oferecem numerosas oportunidades para a União Europeia. As políticas europeias devem permitir sustentar o seu potencial e o seu crescimento, ao mesmo tempo que reforçam a coesão económica e social entre os territórios. Assim, Portugal, Espanha, França e as nove regiões ultraperiféricas europeias atribuem uma grande importância à renovação, pela Comissão Europeia, da estratégia europeia relativa à ultraperiferia pela Comissão, para a adaptar ao novo contexto europeu marcado pelas consequências da pandemia de COVID-19 e pelosdos desafios da transição digital e ecológica.

A renovação desta estratégia é uma oportunidade para transformar as regiões ultraperiféricas em laboratórios de políticas públicas do interesse do conjunto do continente europeu. França, Espanha e Portugal trabalham desde há vários anos na consideração das especificidades das RUP na União Europeia e procuram, regulamente, influenciar as estratégias da Comissão para as RUP.

Portugal, Espanha, França e as nove regiões ultraperiféricas sublinham que a estratégia a ser adotada no seguimento do programa elaborado em 2017 «as regiões ultraperiféricas e a UE: uma parceria privilegiada, renovada e reforçada» deve responder de forma operacional aos constrangimentos estruturais e permanentes enfrentados pelas regiões ultraperiféricas, e que são reconhecidos ao mais alto nível jurídico pelo artigo 349.º do TFUE. A este título, Portugal, Espanha e França saúdam o trabalho levado a cabo pela Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (PCRUP), que conduziu a uma declaração política conjunta que inclui soluções concretas e que foi apresentada na XXVI CPRUP, nos dias 18 e 19 de novembro, em Ponta Delgada (Açores).

A renovação da estratégia de 2017 é necessária para considerar os novos dados geoestratégicos, como o Brexit, e as novas prioridades da Comissão Europeia e dos Estados-Membros: uma Europa mais verdeecológica, mais digital e mais justa num novo quadro financeiro plurianual, a necessidade de promoverfavorecer a recuperaçãoretoma, a vontade de enfrentar as dificuldades do setor agrícola num contexto de evolução da PAC, designadamentenomeadamente do POSEI, e de considerar as flutuações dono mercado da energia…. A estratégia da Comissão deverá, portanto, apresentar indicaçõespropor pistas para uma melhor adaptação das políticas europeias às RUP e aos desafios com que estas se deparam, enfrentam, nomeadamente, a elevada taxa de desemprego, a educação e a formação da juventude, a conectividade, as tensões migratórias, a coesão económica e social, as alterações climáticas, bem como os constrangimentosas restrições estruturais, como o afastamento ou a exposição aaos riscos naturais extremos (furacões e erupções vulcânicas).

Portugal, Espanha, França e as nove RUP consideram que a próxima estratégia para as regiões ultraperiféricas deve promover a coesão e responder aos constrangimentos das RUP nos seguintes domínios:

Introdução

Modernizar o setor agrícola e o setor da pesca e da aquacultura

A agricultura e a pesca são setores fundamentais das RUP, que providenciam emprego e que compõem um modelo de desenvolvimento adaptado às especificidades territoriais, permitindo assegurar o ordenamento do território e que são essenciais à segurança alimentar nestes territórios insulares, de várias ilhas ou praticamente insulares. A importância dos setores agrícolasagrícola e da pescadas pescas foi destacada pela crise sanitária da COVID-19. O seu desenvolvimento deve permitir o desenvolvimentoa expansão de uma oferta local de produtos agrícolas e piscícolas frescos e diversificados, contribuindo, assim, para a melhoria do regime alimentar e, por conseguinte, da saúde das populações.

Explorar plenamente as oportunidades oferecidas pelos mares e oceanos adjacentes às Regiões Ultraperiféricas (oceanos Atlântico e Índico, mar das Caraíbas) é uma prioridade máxima para o futuro, com o objetivo de desenvolver as fileiras fornecedoras de empregos marinhos, através da valorização dos numerosos trunfos naturais amplamente inexplorados e através do reforço da competitividade e da atratividade destas regiões.

Portugal, Espanha, França e o conjunto das RUP, recordam a importância do setor agrícola e da economia azul para o desenvolvimento dos territórios em termos de estruturação da economia, do emprego e da balança comercial, bem como o desafio de assegurar a competitividade destes setores num mundo globalizado. Trata-se também de acompanhar as áreas da exportação na respetiva evolução, de sustentar as áreas da diversificação, de garantir a proteção do setor agrícola nas negociações internacionais e de garantir a renovação da frota de pesca, de modo a contribuir para o crescimento económico e para a soberania alimentar destas regiões. Estas frotas, mesmo em mau estado de conservação e de funcionamento, garantem atualmente a sobrevivência das comunidades costeiras e contribuem para a autonomia alimentar das RUP.

Estes setores devem ser acompanhados no desenvolvimento de soluções técnicas, agronómicas ou organizacionais para enfrentar as alterações climáticas. O setor agrícola deve ser apoiado na transição para a agricultura ecológica, na manutenção ou na restauração de práticas que respeitem o ambiente e no desenvolvimento de uma agricultura biológica que tenha em consideração as especificidades dos sistemas agrícolas das RUP. A prevenção e a redução da poluição de origem terrestre (pesticidas, hipersedimentação costeira, descargas de águas residuais e de plásticos) são elementos essenciais para o desenvolvimento do setor agrícola.

Estes setores estão também na base do desenvolvimento de um sistema alimentar sustentável que permita aceder a uma alimentação saudável e a preços aceitáveis para todos. Deste modo, a estratégia «do prado para o prato» deve poder ser plenamente reproduzida nas RUP.

O apoio a estes setores é coerente com os objetivos do «Pacto ecológico europeu», segundo o qual é essencial gerir a transição para um sistema alimentar mais

sustentável, nomeadamente através do reforço dos esforços empregues pelos agentes agrícolas, rurais e piscícolas para combater as alterações climáticas, proteger o ambiente e preservar a biodiversidade.

Para assegurar a adequação das políticas europeias e o desenvolvimento destes setores, todas as ferramentas mobilizáveis (reforço do POSEI e da taxa de cofinanciamento para 85%, segundo pilar da PAC, FEAMPA, adaptação das políticas fitossanitárias, política comercial e aplicação de normas equivalentes à produção proveniente de países terceiros) devem ser ativadas e, se for o caso, adaptadas de modo a fornecer um maior apoio às RUP. Estas normas devem ser discutidas no âmbito Em função do resultado das negociações no âmbito da Política Comercial, poderá considerar-se a aplicação de normas equivalentes às produções proveniente de países terceiros.

Promover o acesso ao emprego e à coesão social

As RUP enfrentam importantes desigualdades sociais e taxas de pobreza e de desemprego[1] mais elevadas do que a Europa continental. Portugal, Espanha, França e as RUP pretendem apoiar-se nos alicerces europeus dos direitos sociais ratificados na cimeira social do Porto para conceber medidas adaptadas às RUP no delineamento dos programas e ações para o período 2021-2027. A estratégia para as RUP deve permitir acompanhar as regiões no reforço das políticas sociais.

Portugal, Espanha e França saúdam o apoio da União Europeia aos habitantes das regiões ultraperiféricas na adaptação das respetivas competências aos novos sistemas de produção e às novas tecnologias, nomeadamente para a digitalização da economia, através do Fundo Social Europeu (FSE), do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e do Next Generation EU.

Todavia, para reforçar este pilar social, a estratégia das RUP deve ser orientada para os grupos vulneráveis que têm menos oportunidades, nomeadamente os desempregados e os jovens, e promover a participação destes nos programas europeus que lhes são dirigidos, que englobam programas comunitários (ERASMUS+) ou de gestão partilhada (FSE+, FEDER). Algumas RUP enfrentam um êxodo massivo de jovens licenciados para o continente devido ao afastamento e à falta de infraestruturas e de oportunidades no mercado de trabalho local.

Portugal, Espanha, França e as nove RUP atribuem a maior importância à política de coesão da União Europeia e às adaptações desta às especificidades das RUP. Estas adaptações deverdevem ser o núcleo da diferença de tratamento incluída na próxima estratégia para as RUP. As adaptações da política de coesão deverão ser propostas pela Comissão no momento em que os textos são concebidos e antes das negociações no Conselho e no Parlamento.

[1] *Em 2018, segundo o Eurostat, a taxa de desemprego dos jovens (% das forças de trabalho com idades entre os 15 e os 24 anos), era de 20,9% na França metropolitana contra 61,1% em Meiote, 55,2% em Guadalupe, 50,3% em Reunião, 39,2% na Guiana e 49,4% na Martinica. A taxa de desemprego em Espanha era de 33,8% entre os jovens entre os 15 e os 24 anos, contra 38,6% nas Canárias, em 2018; Em Portugal, a taxa de desemprego para os ativos entre os 16 e os 34 anos era de 10%, contra 17,6% na Madeira e 18,4% nos Açores.*

A estratégia para as RUP deverá também propor soluções que favoreçam a autonomização das mulheres nos territórios e a luta contra as discriminações na contratação que possam ser encontradas pelos jovens oriundos das regiões ultraperiféricas no mercado de trabalho.

O abandono escolar precoce, a iliteracia e a pobreza continuam a ser particularmente graves nas regiões ultraperiféricas. Estes fenómenos têm um impacto real nas desigualdades sociais (insucesso escolar, desemprego, dificuldade de acesso aos cuidados, etc.) com as quais as RUP são confrontadas.

Portugal, Espanha, França e o conjunto das RUP sublinham a necessidade de formação – nomeadamente superior – no emprego e nas soluções de mobilidade para os jovens, nomeadamente aqueles que não têm emprego, que não estudam, que não têm formação e que sofrem com a insuficiência de oportunidades associada ao estreitamento do mercado. Um aceleramento no acesso ao emprego e uma adequação das formações às necessidades das empresas são indispensáveis para as regiões ultraperiféricas.

A próxima estratégia para as RUP deve fornecer elementos concretos que visem melhorar a formação ao longo da vida, o desenvolvimento das competências digitais e a luta contra o analfabetismo e a iliteracia digital. As políticas europeias transpostas para as RUP devem focar-se na luta contra o desemprego, nomeadamente entre os jovens, as pessoas com mais de 55 anos e as mulheres. Portugal, Espanha, França e as RUP recordam que as políticas europeias podem também promover a autonomização das mulheres e combater as discriminações. Portugal, Espanha, França e o conjunto das RUP insistem na necessidade de integrar a atenção exigida pelos migrantes, nomeadamente os menores não acompanhados, nos programas europeus, devido ao desafio que a consideração das respetivas problemáticas representa para as administrações e serviços de utilidade pública.

Estes objetivos estão alinhados na estratégia europeia em matéria de competências para uma competitividade sustentável, de igualdade social e de resiliência. Esta fixa objetivos quantitativos ambiciosos em matéria de aperfeiçoamento (melhoria das competências existentes) e de reconversão (formação em novas competências) a serem concretizados durante os próximos cinco anos. O reforço da coesão social é, igualmente, coerente com as prioridades de intervenção do FSE+ no programa 2021-2027. No contexto do ano europeu da juventude em 2022, Portugal, Espanha, França e as RUP irão acolher com interesse as propostas de evolução das políticas relativas à juventude.

Garantir a inserção regional e a acessibilidade dos territórios

Distantes do continente europeu, as RUP integram-se em ambientes regionais particulares, cooperando frequentemente com países não membros da União Europeia. Esta integração regional é necessária para responder de forma coordenada aos desafios zonais ou mundiais como, entre outros, a gestão e o controlo dos fluxos migratórios, a concorrência nos mercados internacionais,

a proteção da biodiversidade, a gestão dos oceanos e o desenvolvimento da economia azul. O reforço da cooperação regional das RUP pode, também, promover o desenvolvimento económico e social das respetivas zonas geográficas, permitindo o aumento das trocas de bens e de serviços. A este respeito Portugal, Espanha, França e as RUP saúdam o progresso do Interreg ao mesmo tempo que sublinham a necessidade deste estabelecer sinergias operacionais com o novo programa IVCDCI e, de forma geral, com as políticas e os instrumentos externos da União Europeia.

Uma estratégia europeia específica para cada uma das zonas geográficas das regiões ultraperiféricas será recebida com interesse pelos Estados e pelas respetivas RUP. Tal estratégia deverá basear-se num diagnóstico prévio que permita identificar os principais desafios comuns e fixar objetivos específicos, que tenham em consideração os interesses das RUP, dos países vizinhos e da UE no seu conjunto.

O afastamento das RUP implica, igualmente, uma adaptação das políticas europeias de transporte, de modo a compensar as desvantagens decorrentes desse afastamento e do isolamento. A conectividade e a sustentabilidade dos transportes são o exemplo paradigmático da dificuldade de adaptar políticas concebidas para um território contíguo e homogéneo às ilhas, arquipélagos e territórios muito afastados do continente europeu.

No entanto, ainda que a Comissão tenha retomado a ideia de abordagens «à medida» na sua última comunicação, isto não foi suficientemente desenvolvido nas políticas onde tal é necessário. Esta abordagem deverá permitir uma melhor integração da dimensão das RUP na próxima revisão do regulamento relativo à rede transeuropeia de transportes (RTE-T) e na sua enunciação financeira (MIE). Na mesma vontade de adaptação das políticas europeias para uma asserção eficaz nas RUP, e no espírito do artigo 349.º do TFUE, o impacto económico e social das medidas relativas aos transportes no pacote «fit for 55» nestas regiões deve ser avaliado e deverão ser consideradas propostas de compensação. Assim, Portugal, Espanha, França e as RUP pedem à Comissão uma asserção adaptada da «estratégia de mobilidade sustentável e inteligente» apresentada no dia 9 de dezembro de 2020.

Assegurar a recuperação e a competitividade

A crise sanitária e as suas importantes consequências económicas e sociais deixaram em evidência a dependência das RUP face ao exterior, as suas fragilidades económicas e a necessidade de aumentar o respetivo grau de autossuficiência em todos os setores. O estudo da Comissão Europeia sobre o impacto da pandemia de COVID-19 nas regiões ultraperiféricas, publicado em outubro de 2021, demonstra que nas Ilhas Canárias, o PIB baixou 20% em 2020, enquanto em Espanha esta descida foi de 10,8%. A atividade económica das regiões ultraperiféricas francesas diminuiu entre 18 e 28% durante o período de março a maio de 2020, enquanto em França, a maior descida do PIB foi de 18,6% no segundo trimestre de 2020. Portugal, Espanha, França e as RUP saúdam a rápida implementação do Mecanismo

de Recuperação e Resiliência (MRR), mas insistem na necessidade de realizar investimentos, orientados nomeadamente para os equipamentos estruturantes, para apoiar a competitividade, o crescimento e a criação de emprego. De facto, a recuperação económica necessita de reforçar a solidez das empresas das regiões ultraperiféricas e de procurar tecnologias e áreas de crescimento que permitam conquistar partes dos mercados e criar riqueza. Apesar do aumento dos últimos 20 anos, o investimento interior em investigação e desenvolvimento (I & D) consagrado no PIB continua a ser relativamente fraco nas RUP por comparação com outras regiões europeias.

A competitividade das empresas recai, igualmente, sobre outros fatores, tais como a governação, a boa gestão estratégica, o acesso ao financiamento, as capacidades de exportação ou a manutenção de auxílios públicos adaptados. No domínio industrial, a via da sustentabilidade promovida pela nova estratégia industrial da União constitui um desafio particularmente complexo para as pequenas empresas que operam nas RUP e que convém ter em consideração.

Portugal, Espanha e França saúdam a implementação de dispositivos excecionais relativos aos auxílios estatais durante a crise sanitária, cujo enquadramento temporário foi recentemente prolongado até ao final de junho de 2022. Estes dispositivos excecionais demonstram que é possível efetuar adaptações na gestão dos auxílios estatais. Regra geral, o quadro dos auxílios estatais deve considerar melhor as falhas do mercado nas RUP e integrar melhor os sobrecustos estruturais e massivos com que estas regiões se deparam.

O setor turístico é uma atividade económica transversal que tem uma maior incidência no crescimento económico, no emprego e no desenvolvimento das regiões. A cadeia de valor deste setor é composta, principalmente, por quatro elementos-chave estritamente associados: transporte, alojamento, experiência e intermediação. Este setor está no centro da maioria das economias das RUP, tanto devido à contribuição direta para o PIB regional como pela sua capacidade de criar e manter, direta ou indiretamente, o emprego, nomeadamente para a juventude local. Exerce um importante efeito de alavanca sobre outros setores da economia. Com a crise sanitária da COVID-19, o setor turístico sofreu uma recessão brutal e sem precedentes na sua atividade.

A recuperação deste setor implica repensar o modelo turístico tradicional, valorizando melhor a biodiversidade e o equilíbrio do território (capacidade de acolhimento, o solo e a gestão dos resíduos...).

Esta abordagem está alinhada com a resolução do Parlamento Europeu, de 25 de março de 2021, «Estabelecer uma estratégia da UE para o turismo sustentável»: Portugal, Espanha, França e as RUP recordam a importância de um apoio europeu às RUP neste setor essencial para a recuperação.

Portugal, Espanha, França e as RUP desejam, portanto, que a próxima estratégia para estas regiões inclua as questões da recuperação e da competitividade para a política de coesão, a adaptação do quadro de auxílios estatais e o relançamento do setor do turismo através da construção de um modelo mais sustentável.

Introdução

Concluir a transição ecológica

Em julho e dezembro de 2021 a Comissão Europeia apresentou o pacote «Fit for 55», que inclui propostas de ações concretas para acelerar a luta contra as alterações climáticas, atingir a neutralidade climática em 2050 e o objetivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa para, pelo menos, 55% em 2030 relativamente a 1990. Este objetivo inscreve-se na continuidade dos esforços levados a cabo pela Europa e que permitiram já reduzir as suas emissões em 23%, entre 1990 e 2018, tornando-se, assim, no único continente a provar que é possível reduzir as emissões e manter um forte crescimento económico. No mesmo período, as emissões aumentaram 67% à escala mundial. Estas propostas serão, agora, discutidas no Parlamento Europeu e no Conselho de ministros.

Portugal, Espanha, França e as RUP sublinham a importância da transição ecológica para as regiões ultraperiféricas, particularmente expostas aos efeitos das alterações climáticas. Na sua comunicação de 24 de fevereiro de 2021, que estabelece uma nova estratégia para a adaptação às alterações climáticas, a Comissão Europeia declarava que as regiões ultraperiféricas «enfrentam já graves problemas de adaptação». Portugal, Espanha, França e as RUP reconhecem a necessidade de contribuir para o esforço europeu de atenuação. Todavia, esta transição ecológica só poderá ser feita adaptando o quadro às especificidades destes territórios. Se as estratégias e os fundos europeus abrem oportunidades para as RUP, será necessário realizar um estudo de impacto para garantir que a transição ecológica não é feita em detrimento da coesão económica e social nem impõe um encargo desproporcional às RUP, aumentando ainda mais a precariedade das famílias. Esta avaliação deverá tratar a questão de uma eventual colisão entre o mecanismo de ajuste às fronteiras para as emissões de carbono e os dispositivos aduaneiros e fiscais, especificamente aplicáveis às RUP para, se for o caso, solicitar as exceções adequadas na sua aplicação a estas regiões. Deve refletir-se na possibilidade de adotar medidas derrogatórias relativamente aos transportes marítimos e aéreos e sobre a possibilidade de implementar medidas de compensação para aliviar o custo da transição ecológica para os cidadãos. De facto, as caraterísticas das RUP, zonas não interconectadas com as redes elétricas nacionais, impõem constrangimentos que podem travar a transição energética e a concretização dos objetivos de redução das emissões em 55% até 2030, caso não lhes sejam disponibilizadas ferramentas europeias e nacionais suficientes.

Portugal, Espanha, França e o conjunto das RUP recordam que é necessário tirar partido do potencial destas regiões em matéria de energias renováveis e de biodiversidade. As RUP podem ser laboratórios para o resto da União Europeia, desde que sejam acompanhadas por uma melhor exploração do respetivo potencial em matéria de energias renováveis. Por outro lado, as RUP caraterizam-se por uma grande riqueza natural, reconhecida pela sua importância internacional, e representam perto de 80% da biodiversidade europeia. Este valor excecional está reconhecido na «Estratégia de Biodiversidade para 2030». A nova estratégia para as RUP deve assegurar a valorização destes ativos.

As alterações climáticas também colocam às RUP um risco de aumento dos fenómenos naturais extremos. A este título, Portugal, Espanha, França e as RUP reconhecem o importante papel do Fundo de Solidariedade da UE (FSUE) para as regiões afetadas por catástrofes naturais. Este fundo deverá, todavia, ser melhor adaptado à amplitude das catástrofes naturais que afetam as regiões ultraperiféricas (furacões ou erupções vulcânicas, por exemplo).

Implementar a transição digital

A transição digital constitui um desafio para as RUP para permitir que estas regiões aproveitem todo o seu potencial económico, se integrem nas respetivas bacias regionais e reforcem a conectividade com o resto da União Europeia. De acordo com a comunicação da Comissão de 2004, a melhoria da acessibilidade das RUP constitui o primeiro eixo do desenvolvimento da estratégia europeia a favor da ultraperiferia.

Portugal, Espanha, França e o conjunto das RUP, destacam vários desafios associados à conectividade das RUP.

Por um lado, é possível reforçar a soberania e a segurança digital das RUP no seu ambiente regional, nomeadamente através da manutenção e instalação de centros de dados ecológicos. Estas ferramentas de armazenamento de dados devem ter baixas emissões de CO2 e bom desempenho em matéria de arrefecimento nas zonas tropicais e subtropicais. Isto aumenta significativamente os custos para atingir o objetivo fixado pela Comissão de neutralidade carbónica dos centros de dados em 2030. Também devem ser disponibilizados financiamentos para projetos de cibersegurança, promovendo, nomeadamente, o intercâmbio de boas práticas entre os territórios.

Por outro lado, a conectividade internacional das RUP poderá ser reforçada nopor meio das instalações técnicas adaptadas. Portugal, Espanha, França e as RUP saúdam a possibilidade de beneficiar de um apoio para os projetos de criação ou de modernização das redes dorsais, incluindo através de cabos submarinos instalados entre os Estados-Membros e entre a União Europeia e países terceiros, no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa (MIE). Os projetos de conectividade digital nas regiões ultraperiféricas podem beneficiar de uma taxa de cofinanciamento mais elevada. As RUP e os Estados-Membros insistem na importância desta modalidade, no que respeita aos sobrecustos da engenharia e de investimento intrínsecos às infraestruturas de conectividade digital, nomeadamente para assegurar a resiliência face aos riscos climáticos que caraterizam estes territórios. A regulamentação dos auxílios estatais deve ser adaptada de modo a ter em consideração estas dificuldades e o programa Wifi4EU deve ser renovado com um acesso mais fácil para as RUP. Por fim, Portugal, Espanha, França e as RUP chamam a atenção, à semelhança do Parlamento Europeu na sua resolução 2020/2120(INI) de 14 de setembro de 2021 «para um reforço da parceria com as regiões ultraperiféricas da União», para o facto de «os satélites proporcionarem uma conectividade ininterrupta e de capacidade muito elevada, o que é essencial para colmatar o

fosso digital, em particular nas RUP; solicita, por conseguinte, à Comissão que atualize a estratégia espacial europeia adotando medidas específicas para as RUP». Esta tecnologia de satélites deve, portanto, ser também considerada para determinados territórios, como a Guiana, onde determinas zonas habitadas não podem atualmente ser completamente cobertas pela fibra.

Finalmente, Portugal, Espanha, França e as RUP insistem na necessidade de um acompanhamento das empresas, nomeadamente das microempresas, rumo a um melhor domínio das ferramentas digitais.

Responder ao desafio migratório

As RUP têm uma capacidade limitada na gestão das migrações, o que exige que o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração seja adaptado às suas dificuldades. A União Europeia mobiliza-se para a implementação das políticas ao lado dos Estados-Membros em virtude do princípio de solidariedade e de partilha equitativa das responsabilidades. As propostas relativas ao novo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração e ao Fundo para a Segurança Interna no período 2021-2027 fornecem aos Estados-Membros os recursos para ajudar as respetivas regiões a gerir de forma sustentável a migração e as situações de pressão migratória com as quais diversas regiões ultraperiféricas se debatem.

Portugal, Espanha e França e as RUP defendem que a próxima estratégia para as RUP possa assegurar uma melhor consideração das tensões migratórias em determinadas RUP nos programas do FSI e do FAMI, nomeadamente no âmbito da gestão direta destes fundos. A imigração regular de menores não acompanhados é um problema particularmente grave para determinadas RUP e que necessita de especial atenção. Assim, deverá dar-se especial atenção aos instrumentos europeus de combate às redes criminosas (tráfico de estupefacientes, fileira da imigração ilegal) que desestabilizam as economias locais.

O conjunto destes domínios apresenta um impacto social forte nas regiões ultraperiféricas e nos seus cinco milhões de habitantes. As intervenções da Comissão Europeia e as medidas operacionais propostas para os três Estados-Membros e as RUP neste documento comum devem visar reduzir as diferenças de desenvolvimento entre as RUP e as restantes regiões da Europa. No respeito pelos princípios de solidariedade nacional e europeia, o esforço de recuperação deve permitir encontrar uma via de desenvolvimento específico para cada território, adaptado ao respetivo contexto geográfico, económico e social.

PROPOSTAS OPERACIONAIS

Agricultura/desenvolvimento rural

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS:

- **A adaptação às alterações climáticas** através de soluções técnicas, agronómicas ou organizacionais.
- **O acompanhamento rumo a uma transição agroecológica** que permita desenvolver a agricultura biológica nas RUP tendo em conta as especificidades dos sistemas agrícolas das regiões ultraperiféricas, incluindo as condições relativas à ação do clima sobre a composição e a qualidade dos solos cultivados...
- **A melhoria da soberania alimentar e o delineamento da estratégia «Do prado para o prato».**
- **A ativação do conjunto das políticas mobilizáveis para apoiar as RUP no seu desenvolvimento agrícola** (PAC, POSEI, políticas comerciais, de auxílios estatais e ambientais, vertente fitossanitária, medidas veterinárias e de bem-estar dos animais) e respetiva adaptação nos termos do artigo 349.º do TFUE, quando necessário..

MEDIDAS OPERACIONAIS PROPOSTAS:

→ *Ter em consideração as especificidades e as necessidades particulares de cada uma das RUP (insularidade, várias ilhas ou praticamente insulares, afastamento, dependência das importações e um fraco número de produtos, exposição a diversos riscos específicos...) nos estudos de impacto pertinentes associados à elaboração de iniciativas legislativas derivadas da comunicação «Do prado para o pratoa mesa» e do pacote «fit for 55»..*

→ *Integrar as limitações específicas associadas às condições relativas à ação do clima sobre a composição e a qualidade dos solos cultivados das RUP em matéria de produtos fitossanitários e zelar para que os financiamentos do Horizonte Europa para a agricultura contribuam para a emergência de soluções para as regiões ultraperiféricas em termos de lutalura contra as pragas e as doenças.*

→ *Criação de um sistema de homologação de produtos fitofarmacêuticos melhor adaptado às pequenas produções específicas das RUP.*

→ *Fazer avançar a estratégia da UE relativa aos estudos de impacto ex ante e ex post dos acordos comerciais (nomeadamente, no estudo de impacto em matéria de desenvolvimento sustentável) de modo a fornecer dados setoriais e regionais que abranjam as RUP e a melhorar a transparência e a comunicação sobre o englobamento e o consumo das concessões da UE no âmbito dos respetivos acordos comerciais bilaterais e da OMC e efetuar um acompanhamento global.*

→ *Manter uma atenção permanente sobre os produtos essenciais das RUP, tanto durante as negociações como durante a implementação dos acordos comerciais da UE.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS
Agricultura/desenvolvimento rural

- → *Assegurar a convergência de normas para produtos importados com os mesmos padrões sociais, ambientais e sanitários que para a produção originária das RUP.*
- → *Promover a exportação das produções das RUP e incentivar a sua comercialização no mercado europeu, reconhecendo a qualidade social e ambiental dos respetivos modos de produção. Promover os vegetais tropicais e os produtos deles derivados, bem como as produções tradicionais das RUP.*
- → *Adaptar as regras de promoção da UE às especificidades das RUP, permitindo que os produtos destas regiões sejam objeto de diversas campanhas de promoção consecutivas para um mesmo mercado.*
- → *No contexto da revisão da regulamentação relativa ao bem-estar dos animais, parece importante ter em consideração as especificidades das RUP, nomeadamente no que respeita ao transporte de animais vivos por via marítima, tendo em consideração as limitações da ultraperiferia e a sazonalidade da produção animal.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

Economia azul/pesca

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS:

- **O desenvolvimento de uma economia azul sustentável:** assegurar uma produção alimentar sustentável para contribuir para a autonomia alimentar dos territórios, para a gestão equilibrada dos recursos e para o desenvolvimento do setor (renovação da frota pesqueira, reforço da formação profissional, condições de trabalho dos marítimos).
- **A transformação das cadeias de valor da economia azul, através da promoção de uma gestão sustentável dos recursos, da proteção da biodiversidade e da adaptação às alterações climáticas.**
- **A criação das condições para uma governação sustentável** passando por mais conhecimentos sobre os meios e os recursos, a melhoria da gestão do espaço no mar e o planeamento espacial marítimo.
- **Uma melhor consideração dos ativos das bacias marítimas das RUP** no quadro legislativo e na mobilização de financiamentos específicos para a economia azul sustentável, bem como no reforço das ações de combate à pesca ilegal.

MEDIDAS OPERACIONAIS PROPOSTAS:

→ *Implementar o compromisso da Comissão para suportar a renovação da frota de pesca das RUP, em conformidade com a respetiva comunicação para uma «parceria estratégica renovada e reforçada», de outubro de 2017 e com as orientações que enquadram a análise dos auxílios ao setor da pesca e da aquacultura e respetivas alterações em novembro de 2018. Estas frotas, mesmo em mau estado de conservação e de funcionamento, garantem atualmente a sobrevivência das comunidades costeiras e contribuem para a autonomia alimentar das RUP. É, portanto, essencial assegurar um apoio financeiro para a renovação das frotas de pesca nas RUP.*

→ *Adotar os atos de execução do mecanismo de entrada e de saída da capacidade de pesca, para permitir que as saídas permanentes nos segmentos da frota das RUP possam ser utilizados para melhorar a segurança e as condições de trabalho a bordo dos navios, sem em caso algum exceder os limites máximos de capacidade por segmento;*

→ *Incentivar a diversidade e a renovação das gerações através da criação de empregos marítimos qualificados, implementando formações específicas nos territórios. A ajuda à instalação no setor da aquicultura e aos jovens pescadores é essencial para renovar as gerações e apoiar economicamente as novas unidades de produção desde o início.*

→ *Melhorar os conhecimentos científicos, nomeadamente no que respeita aos recursos haliêuticos, bem como os dados económicos e técnicos relativos à gestão sustentável da economia azul, através do financiamento de estudos levados a cabo pelo novo observatório da economia azul.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS
Economia azul/pesca

- → *Desenvolver e implementar planos de gestão das pescas costeiras.*
- → *Apoiar a pesca tradicional, seletiva e sustentável através da implementação de técnicas e dispositivos adaptados às especificidades dos territórios, autorizando, mais uma vez, o recurso aos auxílios estatais para o financiamento, em determinadas RUP, de dispositivos de concentração de peixes (DCP) ancorados, na busca daquilo que era permitido no n.º 2 do artigo 38.º do Regulamento (UE) N.º 508/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas.*
- → *Reconhecer as especificidades e as limitações estruturais das pescas nas regiões ultraperiféricas no âmbito da futura Política Comum das Pescas (regulamento que substitui o regulamento (UE) nº 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho) integrando um artigo dedicado às RUP no qual se sublinhe a necessidade de adaptar as políticas públicas europeias com base no artigo 349.º do TFUE.*
- → *Prever a possibilidade de implementar auxílios estatais específicos para as RUP no setor da economia azul através de orientações. As RUP têm, de facto, necessidades de investimento e de apoios públicos diferentes dos outros territórios da UE e é conveniente formalizar as possibilidades de um apoio público nas orientações, de modo a permitir a mobilização real dos auxílios estatais autorizados. Estas orientações poderiam evitar que os Estados-Membros se deparem com condições de implementação inaplicáveis nas RUP, não considerem as limitações específicas a estes territórios e não permitam qualquer apoio público.*
- → *Criar um mecanismo flexível para implementar uma resposta rápida às consequências de acontecimentos climáticos extremos nas infraestruturas de pesca e de aquacultura e para as populações costeiras.*
- → *Incentivar as sinergias entre as RUP e desenvolver instâncias de concertação (conselho consultivo das RUP dedicado à pesca marítima, fórum RUP...), incluindo no setor da aquicultura.*
- → *Prolongar por mais cinco anos os dispositivos derrogatórios previstos para Meiote, nomeadamente no que respeita à autorização da introdução de uma nova capacidade nos diferentes segmentos sem a retirada de uma capacidade equivalente.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

Emprego e coesão social/educação e mobilidade

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS:

- **O reforço da qualidade e da eficácia dos sistemas de educação e de formação** de modo a contornar o afastamento dos territórios e a falta de infraestruturas de formação que conduz a uma fuga de competências para a Europa continental.
- **A inserção profissional dos jovens** através da luta contra a discriminação na contratação, do acompanhamento dos jovens em mobilidade internacional e regional por via do Erasmus+, o desenvolvimento de formações não disponíveis nas regiões ultraperiféricas relativamente às necessidades das empresas locais e a aceleração do acesso ao emprego.
- **A adaptação das novas competências dos jovens** às transições ecológica e digital da economia.
- **O apoio à mulher e à igualdade** através da melhoria do equilíbrio entre a vida profissional e a pessoal, da ajuda à inserção familiar, da diminuição das desigualdades salariais, da melhoria e visibilidade da participação social da mulher e do reforço da igualdade de oportunidades.

MEDIDAS OPERACIONAIS PROPOSTAS:

→ *Organizar uma conferência temática nas RUP para que estas regiões possam debater e adaptar os resultados da Cimeira do Porto em matéria de emprego, de coesão social e de igualdade de géneros, apoiando-se no Pilar europeu dos direitos sociais.*

→ *Estruturar a oferta de formação profissional relativa às profissões em tensão nas RUP por via:*

- *de um impulso da Comissão com um diagnóstico da oferta de formação existente financiada pela assistência técnica da política de coesão ou INTERREG;*
- *da implementação de grupos de trabalho para a identificação de necessidades comuns por bacias e por setores;*
- *de uma iniciativa de gestão provisória dos empregos e competências para alcançar estratégias de formação claras com vista a promover a participação plena da mulher, lutando contra a segregação horizontal. Por exemplo, poderia optar-se pela implementação de um plano de reconversão profissional de jovens não qualificados para os orientar para os setores do crescimento ecológico. Este tipo de plano permitiria antecipar os impactos do crescimento ecológico nas ofertas de formação para os jovens.*

→ *Reforçar a comunicação com as RUP relativamente aos programas existentes na União Europeia dedicados ao emprego e à formação profissional (EURES, ALMA…) de modo a alcançar os públicos-alvo. Este reforço poderá assumir a forma de campanhas específicas e de implementação de gabinetes em cada RUP.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

Emprego e coesão social/educação e mobilidade

- *Apoiar o desenvolvimento da aprendizagem nas RUP através da integração da possibilidade de auditar e acompanhar o desenvolvimento de competências dos organismos de formação (através de investimentos direcionados, se necessário) e trabalhando para o reconhecimento das qualificações adquiridas em Estados terceiros.*
- *Alargar todos os programas europeus dedicados à juventude aos cidadãos europeus com menos de 30 anos, com base no exemplo do alargamento da noção de NEET decidida em 2018.*
- *Lutar contra o analfabetismo e a iliteracia digital para inserir os jovens que abandonam os estudos e os que procuram emprego de muito longa duração nas RUP, complementando os fundos da política de coesão da União Europeia.*
- *Reduzir a fratura digital junto das pessoas fragilizadas nos enclaves territoriais das RUP.*
- *Desenvolver ações para reforçar a prevenção e a luta contra todas as formas de violência contra a mulher e de violência doméstica, nomeadamente em termos de estruturas e de serviços de acompanhamento, respondendo às necessidades específicas de todos os grupos de vítimas.*
- *Acompanhar especificamente os promotores de projetos derivados das RUP, reforçando a respetiva capacidade administrativa e disponibilizando financiamentos mais importantes às autoridades de gestão destas regiões para facilitar os adiantamentos aos promotores de projetos. Outra alternativa poderia ser a implementação de um apoio do Grupo do Banco Europeu de Investimento para os pedidos de adiantamentos. A questão da ajuda aos promotores de projetos não é apenas financeira. Os promotores de projetos têm necessidade de um acompanhamento mais sustentado para reforçar as respetivas capacidades administrativas. A implementação de uma agência de acompanhamento dos promotores de projetos das RUP pode ser ponderada.*
- *Promover o desenvolvimento das infraestruturas dos estabelecimentos de ensino superior das RUP.*
- *Propor uma delineação do programa ERASMUS+ por bacia geográfica (nomeadamente no Atlântico, Oceano Índico, Amazónia e Caraíbas) para permitir uma mobilidade efetiva de e para os países terceiros na vizinhança das RUP. Esta dilatação pode assumir a forma de uma experiência para o programa 2021-2027.*
- *Garantir o acesso efetivo e equitativo dos jovens das regiões ultraperiféricas aos programas ERASMUS+ e Erasmus para jovens empreendedores, utilizando plenamente as possibilidades oferecidas por estes programas em matéria de inclusão.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS
Saúde

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS:

- **Fazer face às doenças e patologias específicas** além do envelhecimento da população em determinados territórios e da prevalência de doenças crónicas (por exemplo, diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares, obesidade, etc.)
- **Reduzir as desigualdades sociais em termos de nutrição** e melhorar o estado nutricional dos habitantes das RUP relevantes.
- **Combater as desigualdades em matéria de saúde e as dificuldades de acesso aos cuidados**, agravadas por um défice de infraestruturas e de profissionais de saúde, frequentemente mal repartidos pelos territórios. Por outro lado, os investimentos no âmbito da transição digital continuam a ser necessários.
- **Resolver as dificuldades de inscrição nos apelos à ação no âmbito dedos programas europeus como o «UE pela saúde»**: promover as competências locais e de engenharia para combater os entraves à construção, ao financiamento e ao acompanhamento dos projetos. As condições de acesso ao programa «EU 4 Health» são consideradas demasiado restritivas para as RUP.
- **Mudar o paradigma para destacar aquilo que as RUP podem oferecer ao conjunto da União Europeia** e valorizar os conhecimentos das RUP sobre determinadas dimensões das políticas de saúde (partilha de conhecimento e de boas práticas, formações nas RUP, etc.).
- **Experimentar a implementação de novas práticas e organizações** para um melhor acompanhamento dos profissionais de saúde, adaptar a oferta de cuidados ambulatórios e promover o acesso à saúde..

MEDIDAS OPERACIONAIS PROPOSTAS:

→ *Flexibilizar as condições de elegibilidade do programa «UE pela saúde» no âmbito dos futuros programas de trabalho para facilitar a conceção, o financiamento e o acompanhamento dos projetos por parte dos promotores dos mesmos, eliminando a obrigação de consórcios com pelo menos três Estados-Membros e prevendo uma abordagem regional no programa.*

→ *Desenvolver e facilitar, no âmbito do programa de trabalho do «UE pela saúde»:*
- *ações a favor da redução das desigualdades do estado de saúde e de acesso aos cuidados entre os grupos dade população, os países europeus e as regiões através de colaborações e parcerias que envolvam as RUP.*
- *ações relativas às doenças particularmente presentes em determinadas RUP.*
- *soluções inovadoras adaptadas às especificidades das RUP (microprojetos em telemedicina, por exemplo).*

→ *Introduzir no programa de trabalho anual da «UE pela saúde», nomeadamente no âmbito do objetivo geral «melhorar os medicamentos, os dispositivos médi-*

cos e os produtos necessários em caso de crise», ações relativas ao desenvolvimento de pesquisas sobre a farmacopeia tradicional local.

→ *Promover e reforçar a investigação existente no âmbito do programa «UE pela saúde», nomeadamente no domínio das doenças transmitidas por vetores, desenvolvendo possibilidades de financiamento para a realização de projetos que visem a prevenção, a vigilância e a luta contra estas doenças. Reforçar, igualmente, a investigação no estudo de impacto dos fatores genéticos no desenvolvimento das patologias e no domínio da saúde ambiental (exposição a metais pesados, pesticidas, etc.). Definir a noção de teor de açúcares adicionados no âmbito do regulamento europeu n.º 1169/2011 de Informação Alimentar sobre a etiquetagem dos alimentos para facilitar a redução dos níveis de açúcares adicionados aos produtos produzidos e vendidos nas regiões ultraperiféricas, nomeadamente nas francesas.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

Conectividade digital

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS:

- **A soberania e a segurança digital das RUP no seu ambiente regional**: suportar as RUP no desenvolvimento rumo à soberania digital e à proteção de dados.
- **A conectividade internacional das RUP por meio de instalações técnicas adaptadas:** Beneficiar os projetos de conectividade digital nas regiões ultraperiféricas com uma taxa de cofinanciamento mais elevada, em parceria com os intervenientes internacionais, e promover a criação de infraestruturas necessárias nas RUP para a obtenção de redes de capacidade muito elevada.
- **A transição digital das empresas:** Acompanhar as RUP, nas medidas para as empresas, rumo a um melhor domínio das ferramentas digitais.

MEDIDAS OPERACIONAIS:

→ *Acompanhar as RUP rumo ao domínio da respetiva soberania digital, suportando projetos de instalação de centros de dados ecológicos, com cofinanciamentos que considerem os sobrecustos associados ao arrefecimento nos ambientes tropical e subtropical.*

→ *Apoiar as RUP nas ações relativas à cibersegurança, promovendo o intercâmbio de boas práticas, de resiliência e de reforço da capacidade administrativa e concedendo aos territórios meios sustentáveis para reforçar as suas cooperações e conhecimentos sobre o fenómeno (por exemplo, o observatório da cibersegurança). As convocatórias de projetos de «cibersegurança» devem ser reconduzidas no próximo MIE para apoiar este tipo de iniciativa.*

→ *Apoiar as RUP nos respetivos projetos de reforço da conectividade, segundo a melhor tecnologia para cada território: o apoio aos cabos submarinos continua a ser um desafio essencial para a segurança dos fluxos de dados, mas também da qualidade do serviço e da acessibilidade das tarifas. A título de exemplo, Reunião e a região autónoma dos Açores serão, brevemente, confrontadas com a obsolescência dos respetivos cabos SAF. A tecnologia de satélites deve ser, igualmente, considerada para determinados territórios, como a Guiana, uma vez que não é possível instalar fibra em todas as zonas habitadas.*

→ *Reconduzir o programa Wifi4EU integrando no mesmo um acesso facilitado para as RUP.*

→ *Adaptar a regulamentação dos auxílios estatais no setor digital para não prejudicar a realização dos projetos que, devido às circunstâncias próprias dos territórios ultraperiféricos, são mais complexos no plano da montagem e do financiamento.*

→ *Reforçar o apoio à apropriação de utilizações digitais para as empresas e, em particular, para as microempresas, solicitando exemplos às RUP daquilo que atualmente não pode ser financiado.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

Conectividade digital

- → *Tendo em consideração que os projetos de conectividade e de digitalização acarretam, frequentemente, custos de funcionamento elevados, que são igualmente influenciados pelas circunstâncias e pelos contextoso contexto das RUP, é importante que estes custos também possam ser cofinanciados pela União Europeia.*
- → *Promover a adoção de medidas que permitam aumentar as competências digitais das populações nas regiões ultraperiféricas, nomeadamente através do sistema educativo.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS
Transportes

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS:

- **A redução do défice de acessibilidade nas RUP** e a implementação efetiva de ligações aéreas e marítimas regulares, fiáveis e aceitáveis para estas regiões.
- **A iniciativa de redução das emissões de gás com efeito de estufa nos transportes** e a dependência das energias fósseis sem prejudicar o desenvolvimento económico destas regiões e a fiabilidade dos transportes e a mobilidade com uma tarifa aceitável para os cidadãos.
- **Os projetos relativos aos transportes interiores das RUP, entre as RUP e com o continente europeu:** Facilitar a conectividade das regiões ultraperiféricas que incluem zonas de difícil acesso decorrentes da fragmentação do território, do isolamento ou da congestão da rede rodoviária. O desenvolvimento do transporte marítimo é também uma pista para facilitar o transporte entre as RUP de uma mesma bacia. Assim, o desenvolvimento de cabotagem marítima poderá facilitar a integração regional (por exemplo: a criação de um serviço de transporte marítimo de curta distância (TMCD) para fazer a ligação entre o Planalto das Guianas e as Caraíbas). A Comissão Europeia poderá promover o desenvolvimento de infraestruturas portuárias secundárias para limitar o tráfico rodoviário.
- **A orientação do transporte coletivo com base no desenvolvimento dos transportes coletivos em local próprio** e a promoção da mobilidade ativa na conceção dos projetos de ordenamento urbano.

MEDIDAS OPERACIONAIS :

→ *Zelar para que a implementação do pacote «Fit for 55» permita adaptações específicas às RUP com base no artigo 349.º do TFUE e estabelecendo a ligação aos estudos de impacto dedicados.*

→ *Respeitando o calendário geral de adoção dos textos, adaptar as propostas que tenham um impacto nos transportes (diretiva SEQE-UE, Red II, AFID, ReFuelEU Aviation, FuelUE Maritime, DTE).*

→ *A extensão da exclusão do sistema de comércio de licenças de emissão nos voos com partida ou destino das RUP (incluindo os voos internacionais) e interiores das RUP, com base no Regulamento 2017/2392 de 13 de dezembro de 2017, para garantir a coesão territorial e a acessibilidade destas regiões europeias.*

→ *Considerar as especificidades das RUP no âmbito do Fundo Social para o Clima e, nomeadamente, devido ao facto destas regiões terem sistemas energéticos isolados e um acesso muito limitado a soluções de mobilidade e transporte alternativos e acessíveis.*

→ *Facilitar o acesso das RUP aos instrumentos comunitários de financiamento (Mecanismo Interligar a Europa – MIE) aos investimentos nos transportes e de liga-*

ção entre as infraestruturas existentes, nomeadamente portuárias (incluindo as infraestruturas portuárias secundárias) e terrestres. Este acesso deverá ter em consideração o nível de infraestruturas existentes nos territórios e os respetivos custos de exploração.

- → *No que respeita à Rede Global, eliminar o critério de distâncias mínimas de 200 quilómetros entre portos, previsto no n.º 2, alínea d), do artigo 20.º, de modo a ter em consideração as realidades geográficas das RUP.*
- → *Considerar o investimento em novas infraestruturas de transporte, designadamente nos portos que podem revelar-se indispensáveis para as economias regionais e acessibilidades das RUP.*
- → *Prosseguir com os trabalhos de inscrição das RUP na cartografia da RTE-T, de modo a que estas coletividades acedam aos financiamentos tendo em consideração os respetivos equipamentos, não obstante as exigências regulamentares de qualidade e de padrão.*
- → *Instar na política europeia para os transportes um interesse particular pelas RUP além dos FEEI.*
- → *Desenvolver as regras relativas aos auxílios estatais (finalidades dos auxílios ao transporte aéreo e marítimo) para uma melhor consideração das realidades nas regiões ultraperiféricas e conferir uma melhor assistência no arranque das ligações regionais de transportes: questão do serviço para as pessoas e as mercadorias sem possibilidade de recurso a modos de transporte terrestre, rotas regionais aéreas, marítimas e fluviais exclusivamente com países não-membros da UE.*
- → *Auxiliar os projetos de construção com o objetivo de eliminar pontos de estrangulamento.*
- → *Acompanhar as RUP na implementação de estações de carregamento elétrico.*
- → *Auxiliar o desenvolvimento e a continuidade territorial interior das RUP, nomeadamente em prol dos arquipélagos.*
- → *Integrar no campo das ajudas comunitárias os projetos referentes ao transporte fluvial.*
- → *Elaborar um plano de urgência para os transportes especialmente concebido para as RUP, orientado para o impacto da crise sanitária no setor turístico nestas regiões.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

Transição ecológica/Resíduos/Economia circular

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS:

- **A consideração das especificidades das RUP** na enunciação do pacote «Fit for 55» com base num estudo de impacto específico à implementação do mesmo nas RUP.
- **A implementação, com um financiamento dedicado nas RUP, dos programas horizontais BEST/LIFE** + para o período 2021-2027.
- **O desenvolvimento da economia circular** numa perspetiva de gestão sustentável dos recursos.
- **A gestão e a redução dos resíduos,** particularmente problemática no meio das-problemáticas nas RUP.
- **O desenvolvimento das fileiras locais de prevenção ou valorização dos resíduos e a transferência de resíduos para fora das RUP.**
- **A mutualização das jazidas de resíduos entre territórios ou entre setores** para reforçar a viabilidade técnico-económica da solução de valorização.
- **A economia circular**: alterar a utilização da economia circular que está limitada devido a uma cooperação regional regulamentada pela União Europeia.
- **A sensibilização e a mobilização das partes interessadas nestes temas**.

MEDIDAS OPERACIONAIS PROPOSTAS:

→ *Realizar estudos sobre o impacto das alterações climáticas nas regiões ultraperiféricas e desenvolver instrumentos de medição e de acompanhamento.*

→ *Realizar uma análise do impacto sobre os custos da implementação do pacote legislativo «Fit for 55» para a ultraperiferia.*

→ *Basear-se nos perfis ecossistémicos das RUP para valorizar os ecossistemas destas regiões e avaliar melhor a sua evolução.*

→ *Apoiar as RUP nas suas ações para maior valorização dos seus ecossistemas e melhor avaliação da sua evolução.*

→ *Adaptar as normas e imperativos ambientais aos ecossistemas das RUP tirando partido do artigo 349.º do TFUE.*

→ *Adaptar o RTE-E à realidade e às particularidades específicas dos sistemas energéticos isolados das RUP, uma vez que o programa visa reduzir o isolamento das regiões menos favorecidas e isoladas, como as RUP, e reforçar a coesão territorial.*

→ *Financiar projetos associados à segurança do aprovisionamento energético das RUP, através do desenvolvimento de energias renováveis e dos sistemas de armazenamento e de interconexão da eletricidade no seio de uma mesma RUP,*

entre as RUP de uma mesma bacia e com países terceiros, quando tal éestes projetos são tecnológica e economicamente viávelviáveis..

- *Publicar convocatórias de projetos específicos no âmbito do MIE para as RUP, para ter acesso ao financiamentos de projetos associados às energias renováveis.*
- *Apoiar o investimento na exploração das energias renováveis, nomeadamente nos setores emergentes como as energias marítimas renováveis, e em soluções de armazenamento que permitam reduzir a dependência das energias fósseis e valorizar o potencial local.*
- *Numa iniciativa de atenuação, rever os critérios do Fundo de Solidariedade da UE, os atrasos na apresentação de dossiers e na utilização da contribuição financeira, bem como o alargamento da elegibilidade e adaptar o método de cálculo da assistência (tendo em consideração as caraterísticas geográficas das RUP, as catástrofes naturais serão sempre aqui qualificadas como «regionais» sem possibilidade de aceder às taxas máximas de financiamento reservado às grandes catástrofes naturais) para gerir e reparar os danos provocados por fenómenos extremos frequentemente específicos das RUP (erupção vulcânica, furacões).*
- *Acompanhar o desenvolvimento nas RUP do setor dos veículos com melhor desempenho de um ponto de vista ambiental, nomeadamente os veículos a hidrogénio.*
- *Implementar alavancas de ação em matéria de fundos europeus para o financiamento da implementação das normas relativas às infraestruturas de tratamento de resíduos, realização de projetos estruturantes e aumento das competências dos atores locais.*
- *Desenvolver as oportunidades de mutualização dos projetos de gestão dos resíduos respondendo às limitações da convenção de Basileia.*
- *Acompanhar as RUP do Oceano Índico, confrontadas com o problema da ausência de rotas marítimas diretas entre Meiote e Reunião.*
- *Acompanhar as RUP na redução da respetiva quantidade de resíduos.*
- *Iniciar diagnósticos precisos sobre as necessidades das RUP em matéria de formação profissional sobre as profissões em tensão no setor da economia circular (em particular, engenharia, economia social e solidária).*
- *Facilitar o acesso das regiões mais desfavorecidas à oferta de acompanhamento existente no domínio da economia circular.*
- *Transformar as RUP em verdadeiros territórios de experimentação em matéria de economia circular.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

Recuperação económica pós-COVID

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS:

- **Recuperação económica através do apoio à investigação** e à inovação orientadas para as tecnologias e as áreas de crescimento que permitam conquistar partes dos mercados e criar riqueza.
- **Apoio à competitividade das empresas** promovendo uma correta gestão estratégica, o acesso ao financiamento, a internacionalização e um acesso mais fácil das RUP aos mercados internacionais e alianças regionais.
- **A recuperação do setor turístico mantendo um modelo de desenvolvimento sustentável.**

MEDIDAS OPERACIONAIS PROPOSTAS:

→ *Propor uma marcação adaptada para os materiais de construção das regiões ultraperiféricas. A declarações de desempenho e de marcação «CE» devem poder ser substituídas por uma marcação específica à colocação no mercado de produtos de construção em cada região ultraperiférica que assim o pretenda e cujo afastamento exija uma adaptação. É proposto que os produtos fabricados e utilizados nas regiões ultraperiféricas possam ficar isentos da marcação CE, a pedido do fabricante ou do utilizador final, quando um deles possa demonstrar que a qualidade da utilização e a segurança do emprego do produto estão asseguradas.*

→ *Acompanhar a recuperação através de medidas excecionais para o conjunto das microempresas e das PME do setor turístico para o próximo período de programação.*

→ *Apoiar o turismo sustentável, responsável e inteligente, elaborando rapidamente um roteiro para o turismo sustentável que abranja medidas de investimento inovadoras para preservar a acessibilidade das regiões ultraperiféricas, reduzir a pegada climática e ambiental do setor, diversificar a oferta, estimular as novas iniciativas de cooperação e aperfeiçoar novos serviços digitais. Esta medida deverá ser acompanhada pela implementação de um regime particular de ajuda para um período de cinco anos em benefício das empresas turísticas que implementem projetos de turismo sustentável ou se envolvam numa iniciativa de transição energética.*

→ *Realizar campanhas de comunicação europeias regulares em benefício dos destinos RUP.*

→ *Reforçar o conhecimento do «turismo excessivo», melhorando o conhecimento dos dados quantitativos e qualitativos, a partir do quadro de referência que deve ser estabelecido pelo Eurostat para a recolha de dados relativos à sustentabilidade, ao «turismo excessivo», ao «turismo lento» e às condições de trabalho.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

Recuperação económica pós-COVID

- *Implementar uma referência europeia sobre edifícios sustentáveis no domínio do turismo hoteleiro para o conjunto dos novos projetos financiados pelos fundos europeus no conjunto do território da União Europeia (reciclagem, aprovisionamento biológico dos materiais para, além da aplicação das normas de qualidade ambiental, e de promover uma reflexão sistemática sobre a climatização).*
- *Desenvolver iniciativas para o turismo náutico e costeiro no que se refere ao reconhecimento das qualificações dos skippers, das regras de IVA relativas aos barcos, aos portos de recreio e aos ancoradouros, os desafios da sazonalidade, a promoção das rotas de turismo náutico, o projeto-piloto «Carta de boas práticas para um turismo de cruzeiro sustentável».*
- *Para reforçar a atratividade das RUP, garantir que a futura Agência Europeia do Turismo valoriza o turismo nas RUP, tendo em consideração os trunfos e as características destas regiões. A conferência dos presidentes das RUP, de 18 e 19 de novembro de 2021, manifestou o seu apoio à candidatura das Ilhas Canárias para acolher a futura agência, com um gabinete em cada uma das bacias geográficas destas regiões.*
- *Propor um novo mecanismo europeu de turismo inclusivo com base no modelo da iniciativa Calypso, que permita que os grupos sociais vulneráveis (ou em situação de deficiência) utilizem cupões nacionais para fazerem férias nas RUP.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

Investigação e inovação

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS:

- **A rutura do isolamento dos ecossistemas de inovação das RUP.**
- **A valorização das inovações das RUP a nível internacional.**
- **O apoio aos trunfos geoestratégicos e geográficos das RUP** para aí dinamizar os programas de investigação.
- **A facilitação do acesso aos financiamentos** do Horizonte Europa..

MEDIDAS OPERACIONAIS PROPOSTAS:

→ *Melhorar a comunicação sobre os programas europeus de investigação nas regiões ultraperiféricas.*

→ *Lançar convocatórias de projetos temáticos dedicados às RUP (por exemplo, relativamente a doenças tropicais, recifes de coral, risco vulcânico, valorização da biodiversidade, agroecologia, materiais ecológicos e cultura).*

→ *Apoiar financeiramente a criação de uma agência de valorização da investigação e da inovação nas RUP, na continuidade do programa Forward para ajudar na estruturação do domínio da investigação nas RUP e facilitar a investigação de parcerias a nível europeu ou das macrorregiões. Esta agência para o desenvolvimento das redes de agentes e de engenharia de projetos poderá ser financiada pelo programa Interreg Europa.*

→ *Facilitar a utilização pelas RUP dos financiamentos europeus dedicados à investigação (Horizonte Europa) no prolongamento do Horizonte 2020.*

→ *Reforçar o potencial de investigação e de inovação das regiões ultraperiféricas no âmbito do programa Horizonte Europa para o período 2021-2027, ajudando no financiamento do desenvolvimento das plataformas técnicas e das plataformas de inovação.*

→ *Sistematizar a fase de apelo à manifestação de interesse antes das convocatórias de projeto nos programas europeus para apoiar os promotoresfinanciadores dos projetos na concretização das expetativas destas convocatórias..*

→ *Acompanhar as autoridades de gestão do FEDER na reavaliação e implementação da estratégia de especialização inteligente para adaptar os ecossistemas de inovação aos setores mais promissores para a resiliência dos respetivos territórios (agricultura e alimentação sustentáveis, materiais biobaseados e de construção tropical, saúde eletrónica e farmacopeia, investigação relacionada com o meio marítimo, a economia azul e o turismo).*

→ *Recorrer mais sistematicamente ao multilinguismo e à publicação dos programas de trabalho nos idiomas nacionais de resposta às convocatórias europeias de projeto abertas às RUP nos idiomas nacionais destas comunidades e aceitar receber sem discriminações a nível de idioma as respostas redigidas por estas comunidades no respetivo idioma nacional.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

Auxílios estatais

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS:

- **A competitividade das economias das RUP e a compensação do seu défice de acessibilidade.**
- **O recurso mais regular àda noção de atividade puramente local.**
- **O prolongamento do enquadramento temporário dos auxílios estatais para as RUP.**

MEDIDAS OPERACIONAIS PROPOSTAS:

→ *A elaboração de uma lista de verificação de critérios pelaque caraterizassem uma atividade puramente local por parte da Comissão Europeia seria útil e permitiria garantir uma maior segurança jurídica dos dispositivos.. Estes critérios permitiriam apreciar o caráter puramente local de uma atividade e, por conseguinte, a capacidade de incluir os intercâmbios entre Estados-Membros dos auxílios públicos que lhes são concedidos.*

→ *Avaliar o impacto do enquadramento temporário dos auxílios estatais implementado durante a pandemia para ponderar a manutenção deste quadro simplificado, desde que o mesmo não seja contrário à livre concorrência.*

→ *Aumentar o limite das ajudas mínimas para 500 000 € e aumentar os limites para a agricultura (para 50 000 €, além das ajudas relevantes do POSEI) e para a pesca (para 60 000 €, além das ajudas relevantes no âmbito dos Planos de Compensação dos Custos Suplementares).*

→ *Apoiar as ligações nacionais para permitir:*
- *que a ajuda ao arranque de novas ligações aéreas com partida dos ou destino aos aeroportos das RUP não se limite a 50% das taxas aeroportuárias e que possa ser modulada em função da distância da nova ligação e do seu risco, para cobrir o conjunto dos custos (marketing, custos de exploração, taxas aeroportuárias) durante os primeiros anos de exploração;*
- *que seja permitido conceder auxílios para reforço das ligações existentes, para melhorar a conectividade e a competitividade das RUP com os mercados ainda não explorados mas que apresentam um potencial de crescimento;*

→ *Alterar as regras dos auxílios estatais para os transportes marítimos para autorizar a criação de companhias marítimas regionais nas RUP, incluindo aquelas que explorem as rotas marítimas RUP-Estados terceiros.*

→ *Modular as ajudas ao arranque de novas ligações aéreas com partida dos ou destino aos aeroportos das RUP, em função da distância da nova ligação e do seu risco, para cobrir o conjunto dos custos (marketing, custos de exploração, taxas aeroportuárias) durante os primeiros anos de exploração.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

Auxílios estatais

- → *Alargar o apoio financeiro à construção, planeamento, segurança e manutenção das infraestruturas aeroportuárias e marítimas e zelar para que as oportunidades de investimento não se limitem apenas a considerações ambientais.*
- → *Manter um quadro regulamentar de auxílios estatais que permita manter as ajudas económicas, fiscais e alfandegárias nas RUP e a conservação dos respetivos regimes fiscais (aumento da intensidade das ajudas regionais, zona franca da Madeira).*
- → *Manter as derrogações das regras comuns para o mercado interno da eletricidade nas RUP.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

Integração regional

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS:

- **A integração política e económica das RUP** nas respetivas bacias

MEDIDAS OPERACIONAIS PROPOSTAS:

→ *Integrar as RUP nas futuras «Alianças ecológicas» a nível da política externa da UE para favorecer uma cooperação regional das RUP com os respetivos vizinhos sobre estas temáticas. Esta integração necessita da mobilização de recursos financeiros para a cooperação regional através do instrumento IVCDCI.*

→ *Apoiar as RUP nas suas ações de cooperação com os países e Estados vizinhos no que se refere aos temas da conectividade e da digitalização.*

→ *Prever um quadro de intervenção específico entre as RUP porde uma mesma bacia e entre as RUP e os seus países vizinhos para apoiar a mutualização dos conhecimentos e das práticas e para valorizar a cooperação. Apoiar a interoperabilidade dos sistemas de informação.*

→ *Promover os programas económicos de integração regional e apoiar as iniciativas de internacionalização das empresas, zelando pela proposta de medidas que integrem um apoio em termos de engenharia às empresas, sob pena de que uma grande parte destas fique sem acesso aos dispositivos de ajuda à internacionalização. O quadro dos auxílios estatais nas RUP deverá evoluir para promover a internacionalização das empresas.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

Migrações

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS:

- **A melhor consideração das especificidades das RUP na enunciação das políticas migratórias europeias, nomeadamente em relação à gestão dos menores migrantes não acompanhados.**

MEDIDAS OPERACIONAIS PROPOSTAS:

→ *Garantir uma melhor consideração das especificidades das RUP nos programas do FSI e do FAMI, tanto no que respeita à gestão partilhada como à gestão direta. Reforçar o apoio das autoridades locais das RUP e das organizações da sociedade civil que trabalham em prol da integração dos migrantes e dos refugiados, reforçando os instrumentos técnicos e financeiros.*

→ *Integrar de forma adequada nos programas europeus (FAMI e FSE+) a consideração dos menores migrantes não acompanhados que chegam às RUP, localizadas nas mais longínquas fronteiras da UE em África e na América.*

→ *Ajudar as RUP a enfrentar a pressão adicional exercida pelo fenómeno da migração irregular nas despesas públicas, nomeadamente no que se refere ao acolhimento e integração dos menores não acompanhados.*

→ *Prever um apoio europeu adequado e que tenha em consideração o regresso massivo dos cidadãos portugueses oriundos da Venezuela para a Madeira.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

Assuntos institucionais

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS:

- **A importância do impulso dado pela DG Regio à unidade das RUP** no seu papel de consulta interserviços para apoio de políticas relativas às regiões ultraperiféricas.

MEDIDAS OPERACIONAIS PROPOSTAS:

→ *Reforçar o posicionamento da Unidade das RUP na DG Regio e em relação a outras direções-gerais da Comissão, para consolidar a sua ação de coordenação entre serviços.*

→ *Organizar sessões de informação específicas nas RUP com a sociedade civil para apresentar as oportunidades oferecidas pela UE e promover os encontros em videoconferência por forma a garantir uma melhor participação dos agentes da sociedade civil.*

→ *Financiar uma plataforma de ajuda à engenharia territorial apoiada pelas RUP com o objetivo de dar a conhecer localmente as políticas e os programas europeus e acompanhar os promotores de projetos*

MINISTÈRE
DES OUTRE-MER

Liberté
Égalité
Fraternité

FRANCE22

PRÉSIDENCE FRANÇAISE
DU CONSEIL DE L'UNION
EUROPÉENNE

EUROPE2022.FR